

## REFLEXÕES METODOLÓGICAS SOBRE A GENEALOGIA DE MICHEL FOUCAULT

### METHODOLOGICAL REFLECTIONS ON THE GENEALOGY OF MICHEL FOUCAULT

Lirian Filgueiras Mascarenhas<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-5217-0309>

Clara Virginia de Queiroz Pinheiro<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-1806-4531>

Leonardo José Barreira Danziato<sup>3</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-1806-4531>

**Resumo:** Este artigo objetiva refletir sobre os caminhos metodológicos elaborados por Michel Foucault em suas produções genealógicas para pensar elementos importantes em uma pesquisa de caráter genealógico. Trata-se de estudo bibliográfico que investiga distintos aspectos metodológicos propostos por Foucault em cursos, livro, conferências e ensaios publicados nos anos de 1970, período nomeado de genealogia do poder. Este estudo revela que Foucault, apesar de conceder ênfase a variados pontos metodológicos nos anos de 1970, preservou boa parte dos aspectos metodológicos estabelecidos no decurso de suas produções, considerando que a pesquisa genealógica: é essencialmente histórica e documentária; ultrapassa o discurso científico; desestabiliza as certezas e continuidades com uma análise fragmentária e provisória; é atenta às heterogeneidades e singularidade dos acontecimentos; relaciona domínios de saber com práticas sociais; pensa o discurso como jogo estratégico; entende o sujeito como constituído no interior da história; e investiga existências reais e afetadas pelo encontro com o poder.

**Palavras-chave:** Foucault; genealogia; metodologia.

**Abstract:** This paper aims to reflect on the methodological paths developed by Michel Foucault in his genealogical productions to think about the important elements in a research of a genealogical nature. It is a bibliographic study that investigates different methodological aspects proposed by Foucault in courses, book, conferences and published essays in the 1970s, a period called as the genealogy of power. This study discloses that Foucault, despite emphasizing various methodological points in the 1970s, preserved most parts of the methodological aspects established in the course of his productions, considering that the

---

<sup>1</sup> Doutora em Psicologia. Professora do Centro Universitário Farias Brito, Fortaleza, CE, Brasil. *E-mail:* [lirian.m@hotmail.com](mailto:lirian.m@hotmail.com). *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/0055341397450390>

<sup>2</sup> Doutora em Saúde Coletiva, Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE, Brasil. *E-mail:* [claravirginiaqueirozpinheiro@gmail.com](mailto:claravirginiaqueirozpinheiro@gmail.com). *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/3556886007456393>

<sup>3</sup> Doutor em Sociologia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE, Brasil. *E-mail:* [leonardodanziato@unifor.br](mailto:leonardodanziato@unifor.br). *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/0173039569237058>

genealogical research: is essentially historical and documentary; surpasses the scientific discourse; destabilizes the certainties and continuities with a fragmentary and provisional analysis; is attentive to the heterogeneity and singularity of events; it relates domains of knowledge with social practices; thinks of discourse as a strategic game; understands the subject as constituted within history; and investigates real and affected existences by the encounter with power.

**Keywords:** Foucault; genealogy; methodology.

## Introdução

O influxo do pensamento de Michel Foucault no século XX e no início do século XXI é facilmente observado por meio da intensa produção de pesquisas, especialmente nas áreas de ciências humanas, sociais e da saúde, que recorrem a esse autor como referencial teórico.

É interessante observar que, para além de impactar o que estava estabelecido por várias ciências, Foucault inaugurou novas modalidades de se fazer pesquisa. Neste artigo, foram estudados escritos de um período específico de produção desse autor, os anos de 1970, quando ele gestou o que ficou conhecido como genealogia do poder, para pensar referências fundamentais em uma pesquisa de caráter genealógico.

A genealogia tem como marco o livro “Vigiar e punir: nascimento da prisão” (FOUCAULT, 2009 [1975]), que é um clássico nos estudos sobre o encarceramento. A reflexão de Foucault sobre as prisões, entretanto, é bem anterior. Em 1971, ele fundou o Grupo de Informação sobre as Prisões (GIP), que surgiu quando da repercussão na imprensa de duas greves de fome, em setembro de 1970 e em janeiro de 1971, dos militantes do movimento de inspiração maoísta denominado Esquerda Proletária, presos em maio de 1970. O objetivo das greves era reconhecer os militantes presos como prisioneiros políticos. O GIP foi instituído, pois, com a missão de “[...] dar a palavra àqueles que têm uma experiência da prisão” (FOUCAULT, 2012c [1971], p. 4) e de realizar uma experiência coletiva de pensamento com a mobilização de médicos, advogados, jornalistas, psicólogos, magistrados e assistentes sociais, para

[...] fazer saber o que é a prisão: quem entra nela, como e por que se vai parar nela, o que se passa ali, o que é a vida dos prisioneiros e, igualmente, a do pessoal de vigilância, o que são os prédios, a alimentação, a higiene, como funcionam o regulamento interno, o controle médico, os ateliês; como se sai dela e o que é, em nossa sociedade, ser um daqueles que dela saiu. (FOUCAULT, 2012b [1971], p. 2).

Na perspectiva de Foucault, as respostas para essas indagações não seriam encontradas em relatórios oficiais. Para conhecer a realidade das prisões, seria necessário conversar com quem tinha vínculo ou experiência com o sistema prisional. Ainda em 1971, quando o autor escreveu o ensaio “Nietzsche, a genealogia e a história” (1979a [1971]), texto fundamental para o entendimento de sua óptica genealógica, já é possível perceber sua ênfase em uma pesquisa histórica que possibilite ir além dos documentos oficiais da ciência, da justiça ou da história tradicional. Nesse denso e importante escrito, o autor critica a história tradicional que se apoia em verdades eternas e na busca da origem das coisas, propondo uma história efetiva, que se distancia de absolutos e continuidades, por estar atenta aos acasos e acontecimentos singulares. A visão do genealogista é, antes de tudo, um olhar histórico. E é nesse espírito que ele realizou os cursos no *Collège de France* – “Teorias e instituições penais” (1997 [1971-1972]), “A sociedade punitiva” (2015 [1972-1973]), “O poder psiquiátrico” (2006 [1973-1974]) e “Os anormais” (2001 [1974-1975]) –, pesquisas fundamentais para a escrita e publicação do clássico “Vigiar e punir: nascimento da prisão” (2009 [1975]).

As conferências realizadas no Brasil, em 1973, e publicadas no livro “A verdade e as formas jurídicas” (FOUCAULT, 2013a [1973]) são também importantes para a compreensão da genealogia, considerando que Foucault, na primeira delas, clarifica a metodologia responsável por orientar suas análises sobre a relação entre a verdade e as modalidades jurídicas, configurando: uma pesquisa histórica, que relaciona domínios de saber com práticas sociais; uma análise do discurso como jogo estratégico; e uma reelaboração sobre a teoria do sujeito, agora visto como constituído no interior da história. A pesquisa histórica proposta é fundamental para que o pesquisador possa olhar o sujeito e o conhecimento como constituídos na história, e não como categorias dadas antecipadamente.

Foi também em 1973 que o autor publicou uma pesquisa genealógica por excelência, “Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX”, que tinha como objetivo “[...] estudar a história das relações entre a psiquiatria e a justiça penal” (FOUCAULT, 2013b [1973], p. 9). Esse livro é um estudo minucioso de arquivos que ajuda a compreender como Michel Foucault pesquisava.

Foucault (2013b [1973]) esclarece, na apresentação desse livro, que a pesquisa foi fruto de um trabalho coletivo realizado em um seminário do *Collège de France*. Os pesquisadores passaram mais de um ano estudando os arquivos que possibilitaram identificar as relações entre os saberes psiquiátricos e as práticas judiciárias, os jogos estratégicos

constantes nos discursos jurídicos e psiquiátricos e a constituição histórica do sujeito Pierre Rivière, concebido como louco e criminoso.

O crime de Pierre Rivière aconteceu em 3 de junho de 1835, e sua constituição como sujeito louco criminoso está situada na caracterização da nascente psiquiatria como domínio particular de proteção social. No curso “Os anormais”, escreve Foucault (2001 [1974-1975], p. 148):

A Psiquiatria não funciona – no início do século XIX, talvez até meados do século XIX – como uma especialização do saber ou da teoria médica, mas antes como um ramo especializado da higiene pública. Antes de ser uma especialidade da medicina, a Psiquiatria se institucionalizou como domínio particular de proteção social, contra todos os perigos que o fato da doença, ou de tudo o que possa se assimilar direta ou indiretamente à doença, pode acarretar à sociedade. Foi como precaução social e como higiene do corpo social inteiro que a Psiquiatria se institucionalizou.

Para situar-se como saber médico fundamentado e, por meio de sua cientificidade, efetivamente contribuir com a higiene pública e a proteção social, a psiquiatria seguiu, então, dois planos, igualmente importantes: a codificação da loucura como doença e como perigo.

Continuando as análises iniciadas no curso “Os anormais”, em outubro de 1977, Foucault realizou uma comunicação chamada “A evolução da noção de ‘indivíduo perigoso’ na psiquiatria legal do século XIX” (FOUCAULT, 2004 [1978]).

O estudo sobre o indivíduo perigoso é particularmente interessante para a compreensão de que a psiquiatria esteve vinculada à justiça penal, desde seus primórdios. Nas palavras de Foucault (2004 [1978], p. 3), “A intervenção da Psiquiatria no âmbito penal ocorreu no início do século XIX, a propósito de uma série de casos que tinham aproximadamente a mesma forma e se desenrolaram entre 1800 e 1835”. Casos que serão apreendidos na nova categoria médico-jurídica como indivíduos perigosos.

No curso “Em defesa da sociedade”, Foucault (1999 [1975-1976]) relacionou a genealogia com o saber histórico das lutas, indicando que diversas pesquisas genealógicas foram sendo desenhadas desde a reunião do saber erudito com o saber das pessoas. Outra análise relevante do curso referido é a definição das genealogias como “anticiências”, o que possibilita uma importante reflexão a respeito da ambição de poder por parte dos discursos científicos. Um ano após o curso “Em defesa da sociedade”, Foucault (2012a [1977]) publicou “A vida dos homens infames”, um estudo que examina, dos anos de 1660 a 1760, os motivos do aprisionamento de homens e mulheres considerados infames: existências obscuras, casos reais, pessoas situadas em um determinado tempo e lugar e que tiveram suas

vidas profundamente afetadas pelo encontro com o poder real (cartas régias com ordem de prisão), o poder médico (ordens médicas de internação) e o poder policial (prisão e instalação de inquéritos).

Evidencia-se, portanto, para os leitores de Michel Foucault dos anos de 1970, o fato de que a genealogia não foi sistematizada apenas numa obra, mas sim desenvolvida no decorrer de toda uma década, sem objetivo de padronização de um modelo metodológico a ser replicado em outras pesquisas. Como ele mesmo esclareceu,

Cada nova obra altera profundamente os termos de pensamento que eu havia alcançado com a obra anterior. Nesse sentido, considero-me mais um experimentador do que um teórico; eu não desenvolvo sistemas dedutivos para aplicar uniformemente em diferentes campos de pesquisa. Quando escrevo, faço-o, acima de tudo, para mudar a mim mesmo, e não para pensar a mesma coisa que antes. (FOUCAULT, 1991, p. 27 *apud* TAYLOR, 2018, p. 9).

Neste artigo, são analisados os textos “Nietzsche, a genealogia e a história” (FOUCAULT, 1979a [1971]), “A verdade e as formas jurídicas” (FOUCAULT, 2013a [1973]), “Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX” (FOUCAULT, 2013b [1973]), “Em defesa da sociedade” (FOUCAULT, 1999 [1975-1976]) e “A vida dos homens infames” (FOUCAULT, 2012a [1977]), porque neles são encontradas referências metodológicas acerca da genealogia, o que possibilita pensar em ferramentas importantes para a realização de uma pesquisa genealógica.

### **Visão histórica da genealogia, no ensaio “Nietzsche, a genealogia e a história” (1971)**

Foucault (1979a [1971], p. 15) inicia o escrito “Nietzsche, a genealogia e a história” com uma frase emblemática: “A genealogia é cinza; ela é meticulosa, pacientemente documentária”.

Para melhor delinear a genealogia, Foucault (1977) a contrapõe ao utilitarismo dos filósofos ingleses e do pensador alemão Paul Rée (1849-1901), no livro “A origem dos sentimentos morais”. Segundo Araldi (2016), Rée elabora, com suporte na teoria da evolução de Charles Darwin, uma psicologia moral evolucionista, em que defende o ponto de vista de que as atitudes altruístas são naturais.

Para Foucault (1979a [1971], p. 15), tanto os utilitaristas ingleses como Paul Rée cometeram engano ao descreverem uma história da moral com procedência numa gênese linear e numa preocupação com o útil: “[...] como se esse mundo das coisas ditas e queridas não tivesse conhecido invasões, lutas, rapinas, disfarces, astúcias”. Diferentemente de uma

busca linear, são justamente os momentos de lutas, abalos e surpresas que interessaram a Foucault, permitindo-lhe, por meio de um estudo paciente de inúmeros “materiais acumulados”, reconhecer a singularidade dos acontecimentos na história: “[...] espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história: os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos” (FOUCAULT, 1979a [1971], p. 15).

Após distanciar seu estudo de uma pesquisa de gênese linear, Foucault (1979a [1971], p. 17) inicia outra contraposição, afastando a genealogia da pesquisa da origem, própria da metafísica, deixando clara, mediante inúmeras citações, a influência de Nietzsche na sua concepção de genealogia:

Por que Nietzsche genealogista recusa, pelo menos em certas ocasiões, a pesquisa da origem (*Ursprung*)? Porque, primeiramente, a pesquisa, nesse sentido, se esforça para recolher nela a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo que é externo, acidental, sucessivo.

Foucault (1979a [1971]) enfatiza, então, que o genealogista não acredita na metafísica. Se para esta existe uma solenidade na origem, lugar de pureza e onde é possível encontrar a essência e a verdade das coisas, para Foucault, o genealogista, escutando a história, aprende que inexistem pureza, identidade, verdade ou essência a serem encontradas na origem, e que o começo das coisas é sempre baixo e lugar de acasos, discórdia e disparate.

Estabelecidos o distanciamento da genealogia de uma pesquisa linear e a necessidade da história para afastar a ilusão da pesquisa da origem, Foucault passa a tratar dos objetos próprios da genealogia: a proveniência e a emergência. Pesquisar a proveniência é se dar conta da falácia da afirmação da verdade e do ser, ante a descoberta de que, “[...] na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos” (FOUCAULT, 1979a [1971], p. 21), está a exterioridade do acidente, dos desvios e dos erros. O estudo da proveniência expõe heterogeneidades, desestabiliza as certezas e implode o que está aparentemente unido e acomodado. Para Foucault (1979a [1971], p. 22), “[...] proveniência diz respeito ao corpo”, pois é o corpo que guarda os registros dos acontecimentos. Fazer genealogia, então, é “[...] mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo” (FOUCAULT, 1979a [1971], p. 22).

Já a emergência, o segundo objeto da genealogia, é um enfrentamento entre dominantes e dominados, em que os primeiros estabelecem um ritual com direitos e deveres e demarcam regras e procedimentos a serem seguidos, e novos enfrentamentos poderiam reverter ou criar mais regras, alterando a posição de dominantes e dominados. Foucault

(1979a [1971], p. 25) lembra, no entanto, que não há um sentido de evolução da humanidade a cada combate, nem se alcançará um momento em que as regras substituirão as guerras: a humanidade “[...] instala cada uma de suas violências em um sistema de regras, e prossegue assim de dominação em dominação”.

Depois de definir a genealogia como pesquisa de proveniência e emergência, é o momento de Foucault esclarecer quais são as relações entre a genealogia e a história. Isto ele faz por meio de mais uma contraposição, agora entre a história tradicional e a história efetiva. Seguindo os passos de Nietzsche, Foucault (1979a [1971]) critica a história tradicional, perpassada por um sentido supra-histórico que desconsidera as marcas e a diversidade do tempo, por se apoiar em uma verdade eterna, acreditar em uma consciência idêntica a si mesma e buscar incessantemente a origem das coisas. O genealogista, para Foucault, necessita de uma história efetiva, atravessada pelo acaso e sem se apoiar em absolutos, identidade, constância, objetividade e origem,

[...] deve ter apenas a acuidade de um olhar que distingue, reparte, dispersa, deixa operar as separações e as margens – uma espécie de olhar que dissocia e é capaz ele mesmo de se dissociar e apagar a unidade desse ser humano que supostamente o dirige soberanamente para o seu passado. (FOUCAULT, 1979a [1971], p. 27).

A história efetiva permite ao genealogista fugir das crenças na eternidade dos sentimentos e dos instintos, ao mostrar suas inconstâncias, marcas, forças e fragilidades. Para o genealogista, enfim, não há sentido em conceitos como “totalidade”, “continuidade”, “constância” ou “reconhecimento”: “Nada do homem – nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles” (FOUCAULT, 1979a [1971], p. 27).

Das características genealógicas apontadas por Foucault (1979a [1971]), é importante destacar, no entanto, o fato de que, passados cinco anos do ensaio “Nietzsche, a genealogia e a história”, Foucault (2017 [1976], p. 102) abandonou o binarismo entre dominantes e dominados, ao escrever “História da sexualidade 1: a vontade de saber”: “Não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre os dominantes e os dominados”.

**A pesquisa histórica, o discurso como jogo estratégico e o sujeito constituído no interior da história, constantes no curso “A verdade e as formas jurídicas” (1973)**

Em 1973, o Brasil vivia “os anos de chumbo” da ditadura militar, marcados pela repressão, censura, tortura e morte de presos políticos. Foi, então, em plena exceção, no período de 21 a 25 de maio de 1973, que Foucault esteve no Brasil a convite do Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), para realizar cinco conferências dirigidas a professores e alunos, além de intelectuais da cidade do Rio de Janeiro, e participar de mesa redonda com professores e convidados. As conferências e a mesa redonda foram transformadas no curso “A verdade e as formas jurídicas” (FOUCAULT, 2013a [1973]).

De acordo com Machado (2017), o texto de “A verdade e as formas jurídicas” foi essencial para a disseminação do pensamento foucaultiano no Brasil, quando o autor estava indo em outra direção relativamente ao que havia escrito nos anos 1960, fase que se convencionou chamar de período arqueológico. No início dos anos de 1970, Foucault estava começando uma pesquisa genealógica, e seus primeiros cursos no *Collège de France* – “Aulas sobre a vontade de saber” (2014 [1970-1971]), “Teorias e instituições penais” (1997 [1971-1972]) e “A sociedade punitiva” (2015 [1972-1973]) – ainda eram pouco conhecidos no Brasil.

O presente estudo centra-se na primeira conferência, pois foi nela que Foucault (2013a [1973]) se propôs refletir sobre a metodologia empregada para trabalhar o tema “A verdade e as formas jurídicas”. O primeiro aspecto expresso pelo autor é a afirmação de uma pesquisa histórica que interroga como foi possível a formação de domínios de saber a partir de práticas sociais.

Entre essas práticas, Foucault (2013a [1973], p. 20) escolheu estudar as de ordem judiciária: “Pareceu-me que entre as práticas sociais em que a análise histórica permite localizar a emergência de novas formas de subjetividade, as práticas jurídicas, ou mais precisamente, as práticas judiciárias, estão entre as mais importantes”.

Trabalhando a ideia de que os domínios do saber se formam com amparo em práticas sociais, Foucault (2013a [1973]) esclareceu que, para ele, existe um erro grave na análise de um certo “marxismo acadêmico” da França e da Europa, que busca detectar como as condições econômicas de existência estão refletidas e expressas na consciência dos homens. O erro descansa em pressupor que as condições econômicas, políticas e sociais são impressas em um sujeito previamente dado, pois, para o marxismo acadêmico, “[...] o sujeito humano, o sujeito do conhecimento, as próprias formas do conhecimento são de certo modo dados prévia e definitivamente” (FOUCAULT, 2013a [1973], p. 18). Essa configuração de pensamento não



poderia estar mais distante de Foucault (2013a [1973], p. 18) para quem o “[...] próprio sujeito do conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objeto, ou, mais claramente, a própria verdade tem uma história”.

O primeiro eixo da pesquisa, para Foucault (2013a [1973]) é, então, histórico: relacionar os domínios de saber com as práticas sociais, excluindo a preexistência do sujeito humano, do sujeito do conhecimento (diferenciando-se da visão epistemológica a respeito do sujeito da ciência) e do próprio conhecimento, pois tanto o sujeito como o conhecimento estão situados na história, e não podem, portanto, ser dados antecipadamente. Foucault (2013a [1973], p. 18) pretendeu, no decurso das conferências, mostrar como se formou no século XIX um determinado saber sobre o homem, saber a respeito do ser normal ou anormal, que nasceu das práticas sociais de controle e vigilância e possibilitou o nascimento de “[...] um tipo absolutamente novo de sujeito do conhecimento”.

Já o segundo eixo da pesquisa foi definido por Foucault (2013a [1973], p. 19) como uma “[...] análise do discurso como jogo estratégico”. Reconhecendo a importância de uma recente tradição nas universidades europeias em tratar o discurso como um conjunto de fatos linguísticos regidos por leis e pelas regularidades internas, Foucault (2013a [1973], p. 19) propõe que esses fatos sejam divisados, doravante, como “[...] jogos estratégicos, de ação e reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquivas, como também de luta”.

A proposta de Foucault para o terceiro eixo da pesquisa é uma reelaboração da teoria do sujeito. Ele inicia a discussão desse eixo reconhecendo a importância da prática e da teoria psicanalítica na ressignificação da prioridade conferida ao sujeito pela filosofia ocidental, para quem o sujeito seria o fundamento de todo o conhecimento, especialmente desde René Descartes, e destaca o abalo que a psicanálise provoca “[...] na posição absoluta do sujeito” (FOUCAULT, 2013a [1973], p. 19). Para Foucault, quando se faz história na atualidade, ainda se considera o sujeito do conhecimento como fundante do conhecimento possível e da verdade.

A direção proposta por Foucault foi fazer uma crítica profunda do sujeito humano pela história: pensar um sujeito que é constituído no interior da história, ou como ele exprimiu em seu texto “Verdade e poder”: “É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica” (FOUCAULT, 1979b [1977], p. 7).

### **Importância do estudo dos arquivos em “Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX” (1973)**

No mesmo ano da publicação do curso “A verdade e as formas jurídicas” (FOUCAULT, 2013a [1973]), Foucault (2013b [1973]) publicou a importante pesquisa “Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX”, uma análise genealógica de um caso de parricídio ocorrido em 1835, inteiramente esquecido, até então, e que logo se tornou famoso. Na ocasião, Foucault estava trabalhando com uma equipe de pesquisadores na busca de documentos médico-legais sobre fatos criminais da primeira metade do século XIX.

O caso Rivière deixa inicialmente estupefato o autor francês, não pelos relatos médicos e/ou jurídicos, mas sim pelo encontro inesperado com o memorial do jovem camponês, considerado por ele belo e portador de linguagem extraordinária. Chamam ainda a atenção três relatórios médicos com distintas conclusões sobre o caso: o primeiro é de um médico de província; o segundo é de um médico de cidade; e o terceiro foi elaborado por médicos de renome da psiquiatria e da medicina legal, como Jean-Étienne Esquirol (1772-1840), discípulo maior de Phillippe Pinel (1745-1826). Foucault encontrou também peças judiciais com testemunhos de camponeses com afirmações sobre a vida, o modo de ser, a loucura ou a imbecilidade de Pierre Rivière.

Alguns eventos da psiquiatria penal da época se tornaram famosos, como o de Henriette Cornier, relatado por Foucault (2001 [1974-1975]) em “Os anormais”. O caso Rivière, entretanto, não obteve a mesma fama. Ocorrências de parricídio não eram incomuns, e o caso Rivière foi pouco divulgado na imprensa, não alcançando grande repercussão. A participação dos famosos peritos parisienses aconteceu por ocasião do pedido de indulto, já após a condenação à morte de Rivière. Esses especialistas trabalharam com as peças do processo e, mesmo sem nunca terem visto e conversado com Rivière, conseguiram reverter sua condenação, o que não impediu o “parricida de olhos vermelhos” de cometer suicídio, enforcando-se em sua cela, cinco anos depois.

O caso Pierre Rivière é particularmente interessante para estudar as ligações entre a psiquiatria e o direito penal, pois, no ano de 1836, discutia-se justamente o uso de vocábulos psiquiátricos na justiça criminal. O conceito de “monomania homicida”, que Esquirol passou a aplicar em 1808, estava em declínio no meio jurídico pela possibilidade de erros judiciais e pela consideração de que a doença mental poderia ser verificada por meio de uma sintomatologia bem mais ampla, o que leva os peritos de Paris a fazerem pouco emprego da

expressão “monomania homicida” no caso Rivière, preferindo falar de sinais, sintomas e testemunhos.

A publicação dos arquivos sobre Pierre Rivière revelou as lutas, o jogo dos discursos e as relações de saber e de poder. Talvez, entretanto, a lição mais importante do livro seja a relevância do estudo dos arquivos: “De um modo mais preciso, pareceu-nos que a publicação exaustiva desse dossiê poderia dar um exemplo do material que existe atualmente nos arquivos e que se oferece a possíveis análises” (FOUCAULT, 2013b [1973], p. 11-12).

Foucault relaciona quatro pontos a serem considerados: distanciar o estudo dos arquivos dos métodos acadêmicos antigos da análise textual; estudar a constituição e o jogo de um saber com amparo em suas relações com as instituições e seus respectivos papéis; realizar análise estratégica dos variados discursos, científicos ou não, análise esta simultaneamente política e ligada ao acontecimento; e entender o quanto um discurso, como o de Rivière, é perturbador e, ao mesmo tempo, permite perceber “[...] o conjunto de táticas pelas quais se tenta recobri-lo, inseri-lo e classificá-lo como discurso de um louco ou de um criminoso” (FOUCAULT, 2013b [1973], p. 14).

### **Análise fragmentária e provisória da genealogia no curso “Em defesa da sociedade” (1975-1976)**

Na primeira aula, de 7 de janeiro de 1976, do curso “Em defesa da sociedade”, Foucault fez um balanço da sua produção genealógica, iniciada quando de sua entrada no *Collège de France* – “Teorias e instituições penais” (1997 [1971-1972]), “A sociedade punitiva” (2015 [1972-1973]), “O poder psiquiátrico” (2006 [1973-1974]) e “Os anormais” (2001 [1974-1975]) e “Vigiar e punir: nascimento da prisão” (2009 [1975]) – situando-a como parte de um momento de “[...] imensa e prolífera criticabilidade das coisas, das instituições, das práticas, dos discursos” (FOUCAULT, 1999 [1975-1976], p. 10), que se iniciou por volta dos anos de 1960.

Esse momento se caracterizou por um caráter local da crítica: produções teóricas descontínuas, autônomas e independentes de teorias globais, possibilitadas por uma insurreição de “saberes sujeitados”, que a crítica efetiva privilegiou e pôs em evidência – saberes históricos, eruditos e técnicos, disfarçados na formalidade das sistematizações. Quanto aos conteúdos históricos, Foucault (1999 [1975-1976], p. 11) afirma que apenas estes

“[...] podem permitir descobrir a clivagem dos enfrentamentos e das lutas que as ordenações funcionais ou as organizações sistemáticas tiveram como objetivo, justamente, mascarar”.

Transpondo os saberes históricos, Foucault conceitua também como “saberes sujeitados” aqueles próprios “das pessoas”, não conceituais, como o saber do “psiquiatrizado”, e considerados desqualificados se comparados ao saber médico, por não possuírem cientificidade e elaboração, por exemplo. Não significa, no entanto, que são saberes comuns, pois antes se conformam como locais e singulares.

Foucault indicou que várias pesquisas genealógicas foram construídas com suporte na reunião do saber erudito com o saber das pessoas, sendo então possível uma crítica efetiva dos discursos, já que, nas duas situações, o que estava em jogo era o “saber histórico das lutas”. A genealogia, de acordo com Foucault (1999 [1975-1976], p. 13), é “[...] o acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais, acoplamento que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais”.

A sociedade ocidental vem há muito tempo atribuindo efeitos de poder ao conhecimento tido como científico, o que não impediu Foucault de definir as genealogias como “anticiências”, pois, para ele, “[...] é exatamente contra os efeitos de poder próprios de um discurso considerado científico que a genealogia deve travar o combate” (FOUCAULT, 1999 [1975-1976], p. 14). As genealogias possibilitaram, então, aos saberes locais e desqualificados não serem ordenados por um conhecimento científico estabelecido como único e verdadeiro. O que Foucault (1999 [1975-1976], p. 15) busca, ao definir a genealogia como “anticiência”, é, além de libertar os saberes históricos sujeitados pelo discurso científico, refletir sobre a “[...] ambição de poder que a pretensão de ser uma ciência traz consigo”, porquanto, quando se classifica um discurso como científico, estar-se-á também desqualificando outros saberes como não científicos.

O entendimento do projeto de Foucault de uma genealogia do poder requer compreensão do que ele está conceituando como poder, já que sua proposta é fazer uma análise não econômica do poder, diferentemente do exame “economicista” das concepções do poder que ele identifica no marxismo e na ideação jurídica e liberal do poder político dos filósofos do século XVIII. Para o poder jurídico, o poder é um direito, assim como um bem, que se possui e que é possível, inclusive, transferir, por meio de ato jurídico. Já para o marxismo, o poder encerra o que Foucault (1999 [1975-1976]) chamou de uma “funcionalidade econômica”, cujos objetivos são manter as relações de produção e levar a uma dominação de classe mediante a apropriação da força produtiva. Nas duas situações, a

economia possui papel fundamental: na concepção jurídica, como circulação de bens, e na concepção marxista, como sua razão de ser histórica.

A análise não econômica do poder por parte de Foucault não privilegia uma teoria, um sistema geral de poder, pois o poder não possui essência com características universais que possam ser descritas, mas configura “[...] uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (MACHADO, 1979, p. x), com formas heterogêneas e em permanente transformação. Por tal pretexto, a análise genealógica possível é obrigatoriamente fragmentária e provisória. Impõe-se exprimir, por oportuno, que outra característica fundamental da pesquisa genealógica é distanciar sua análise das realizadas em ciência política, o que limita ao Estado sua pesquisa sobre o poder. O Estado não pode ser caracterizado como o centro do poder, já que existem “[...] formas de exercícios de poder diferentes do Estado, a ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis inclusive a sua sustentação e atuação eficaz” (MACHADO, 1979, p. xi).

Em 1976, no ano do curso “Em defesa da sociedade”, quando publicou “História da sexualidade 1: a vontade de saber”, ao considerar que o termo “poder” poderia provocar mal-entendidos, Foucault (2017 [1976], p. 102-104) relacionou algumas proposições sobre o conceito de poder: o poder não pode ser conquistado, porquanto “[...] se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis”; as relações de poder são imanentes às relações de conhecimento, econômicas e políticas, e “[...] possuem, lá onde atuam, um papel diretamente produtor”; o poder não pertence a uma classe dominante que oprime um estrato de dominados – “[...] o poder vem de baixo”; o exercício do poder é sempre intencional, pois “[...] não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos”; e a existência do poder pressupõe haver a resistência, sendo que esta “[...] nunca se encontra em posição de exterioridade ao poder”.

### **Encontro com o poder no texto “A vida dos homens infames” (1977)**

Em 1977, Foucault publicou, em “*Les Cahiers du Chemin*”, o artigo “A vida dos homens infames” (2012a [1977]). De acordo com Eribon (1990), esse texto foi pensado, inicialmente, por Foucault como introdução a um livro que ele pretendia publicar posteriormente com o mesmo título. Como o projeto inicial da obra não se realizou, o escrito foi reeditado em 1982 como introdução ao livro “*Le désordre des familles: lettres de cachet des Archives de la Bastille*”, compilação realizada por Arlette Farge e Michel Foucault, de cartas régias com ordens de prisão contra loucos nos séculos XVII e XVIII.

A ideia do volume surgiu, segundo Foucault, após realizada a leitura, na Biblioteca Nacional, de registros de internamento redigidos no início do século XVIII: o caso de Jean Antoine Touzand, internado por sodomia no Hospital de Bicêtre, em 1701, bem como o de Mathurin Milan, institucionalizado por ser um agiota extravagante, no Hospital de Cheriton, em 1707.

A proposta de “A vida dos homens infames” é fazer uma antologia de existências, pesquisando historietas de vidas infames, “estranhos poemas”, que Foucault reuniu em uma “espécie de herbário”, com o objetivo de desvendar por que se tornou tão importante na sociedade, em um determinado momento, sufocar homens e mulheres infames. Apesar de o título do texto se referir apenas a “homens” infames, o autor deixa claro na introdução o fato de que a pesquisa considerou homens e mulheres tidos como infames: “[...] a existência desses homens e dessas mulheres remete exatamente ao que deles foi dito; do que eles foram ou do que fizeram nada subsiste, exceto em poucas frases” (FOUCAULT, 2012a [1977], p. 205).

Foucault escolheu pesquisar, em livros e documentos, petições ao Rei, arquivos da polícia, cartas régias com ordens de prisão e arquivos de internação, de 1660 a 1760, pela familiaridade com esse período e com esse tipo de documentos, por constatar que seu interesse por eles não se modificou e por vislumbrar algo novo – um acontecimento importante em que se cruzaram mecanismos políticos e efeitos do discurso.

Os dois casos de internação inspiradores do estudo de Foucault, Jean Antoine Touzand e Mathurin Milan, servem também como modelo para que ele possa encontrar outras vidas infames, o que o leva a estabelecer algumas regras simples, como pessoas com uma existência real, que viveram em determinada época e lugar, com suas dores, raivas, ciúmes e maldades. Não interessavam a Foucault os textos literários, com suas personagens fictícias. Porém, era de seu interesse que os documentos pesquisados tivessem relações estreitas com a realidade e, mais ainda, que operassem na realidade; textos, enfim, com discursos que afetaram vidas reais atravessaram existências e definiram destinos: “[...] fragmentos de discurso carregando os fragmentos de uma realidade da qual fazem parte” (FOUCAULT, 2012a [1977], p. 202-203). As relações entre discurso e poder, tão caras ao projeto genealógico, aparecem aqui intensivamente vinculadas ao cotidiano de pessoas comuns.

Foucault estudou homens cujas vidas foram obscuras e desventuradas. Infames famosos, como o Marquês de Sade (1740-1814), não interessaram à sua pesquisa, pois, para ele, são detentores de uma falsa infâmia, já que lembrados por atos abomináveis com um

horror respeitoso, sendo na verdade homens de uma “lenda gloriosa”. Seu interesse era em vidas comuns, sem glória ou grandeza, que em algum momento foram marcadas pelo encontro com o poder – o qual registrou – trazendo para a luz rastros dessas vidas infames: momentos de violência, excesso, tumulto ou queixas. Também pesquisou eventos com breves comentários, que se reportam ao cotidiano de pessoas insignificantes e sem nenhuma grandeza: registros breves em petições de membros familiares ao poder real, anotações do poder médico em documentos de internação, notas do poder policial em inquéritos que verificavam denúncias e consignas do poder real com ordens de prisão.

Todos esses registros têm algo em comum, que os inclui na quarta regra estabelecida por Foucault: são discursos que afetaram profundamente as vidas infames registradas. Por fim, do encontro dos homens infames com o poder, surge um “[...] efeito de beleza e terror” (FOUCAULT, 2012a [1977], p. 202), que constitui a quinta e última regra relacionada pelo autor.

### **Considerações finais**

O estudo ora relatado possibilitou pensar elementos para uma pesquisa que tenha a genealogia como escolha metodológica.

A pesquisa genealógica deve ser impreterivelmente histórica e ultrapassar os discursos tidos como científicos, para adentrar meticulosamente os arquivos, documentos comumente esquecidos e desqualificados pela ciência, justiça e história tradicional. Também é necessário manter afastados os antigos métodos acadêmicos da análise textual e buscar identificar o conjunto de táticas que tenta classificar narrações singulares e perturbadoras, como no caso de Pierre Rivière. Outro elemento é recorrer à história efetiva para se distanciar da pesquisa da origem e da pesquisa linear, desestabilizando as certezas, continuidades e verdades, bem como expondo os desvios, acidentes e lutas. Atenta às heterogeneidades e à singularidade dos acontecimentos, a pesquisa deve buscar os começos baixos das coisas, posto que a pureza da origem é uma falácia.

Outros elementos indicados para uma pesquisa genealógica são: relacionar domínios de saber com práticas sociais; entender o discurso como jogo estratégico; compreender o sujeito como constituído no interior da história; alcançar a genealogia como “anticiência”, uma vez que está ciente dos efeitos de poder do discurso científico e da importância de combater a ambição de poder própria da ciência, por meio do saber histórico e do saber das pessoas; saber que sua análise será sempre fragmentária e provisória, diante da

impossibilidade das unanimidades, totalidades e continuidades propostas pelas ciências; e trabalhar com existências reais, situadas em um determinado tempo e lugar, existências obscuras que tiveram as vidas afetadas pelo encontro com o poder.

Resta evidente, entretanto, que as problematizações metodológicas trazidas por Foucault nos referidos textos jamais tiveram a intenção de padronizar um modelo metodológico da genealogia a ser replicado em outras pesquisas. Espera-se que as reflexões metodológicas sobre a genealogia aqui apresentadas possam, se possível, contribuir para novas experiências em pesquisa.

### Referências bibliográficas

ARALDI, C. L. Nietzsche e Paul Rée: acerca da existência de impulsos altruístas. *Cadernos Nietzsche*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 71-87, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2316-82422016v37n1cla>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cniet/a/pGPNmcR59tz6WyrDWRCx89k>. Acesso em: 26 jan. 2022.

ERIBON, D. *Michel Foucault (1926-1984)*. Lisboa: Livros do Brasil, 1990.

FOUCAULT, M. A evolução da noção de “indivíduo perigoso” na psiquiatria legal do século XIX (1978). In: MOTTA, M. B. (org.). *Ética, sexualidade, política*. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Ditos & Escritos, V), p. 1-25.

FOUCAULT, M. *A sociedade punitiva (1972-1973)*. Tradução de Ivone Castilho Benedeti. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas (1973)*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 4. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2013a.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames (1977). In: MOTTA, M. B. (org.). *Estratégia, poder-saber*. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a. (Ditos & Escritos, IV), p. 199-217.

FOUCAULT, M. *Aulas sobre a vontade de saber (1970-1971)*. Tradução de Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX apresentado por Michel Foucault (1973)*. Tradução de Denize Lezan de Almeida. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013b.



FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: a vontade de saber* (1976). Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017. v. 1.

FOUCAULT, M. (Manifesto do GIP) (1971). In: MOTTA, M. B. (org.). *Estratégia, poder-saber*. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b. (Ditos & Escritos, IV), p. 1-2.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história (1971). In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 1979a. p. 15-37.

FOUCAULT, M. *O poder psiquiátrico: curso no Collège de France* (1973-1974). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. *Os anormais: curso no Collège de France* (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, M. (Sobre as prisões) (1971). In: MOTTA, M. B. (org.). *Estratégia, poder-saber*. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012c. (Ditos & Escritos, IV), p. 4.

FOUCAULT, M. Teorias e instituições penais: curso no *Collège de France* (1971-1972) In: FOUCAULT, M. *Resumo dos cursos do Collège de France* (1970-1982). Tradução de Andrea Daber. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 17-24.

FOUCAULT, M. Verdade e poder (1977). In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 1979b. p. 1-14.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (1975). Tradução de Raquel Ramallete. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MACHADO, R. *Impressões de Michel Foucault*. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 1979. p. vii-xxiii.

TAYLOR, D. Poder, liberdade e subjetividade. In: TAYLOR, D. (ed.). *Michel Foucault: conceitos fundamentais*. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 9-19.